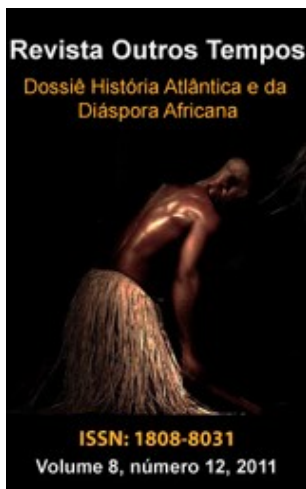


**O ARROZ DE VENEZA E OS TRABALHADORES DE GUINÉ:**  
A lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800)<sup>1</sup>

**VENICE RICE AND THE WORKERS OF GUINEA:**  
Export plantation of the state of Maranhão and Piauí (1770-1800)



REINALDO DOS SANTOS BARROSO JUNIOR  
Prof. Ms. UEMA (Programa Darcy Ribeiro)  
São Luís, Maranhão- Brasil  
[silesius2001@yahoo.com.br](mailto:silesius2001@yahoo.com.br)

**Resumo:** O território maranhense, durante o período colonial, foi um grande produtor e exportador de arroz, sobretudo no último quartel do século XVIII. A produção desse arroz foi possibilitada pelos africanos da Alta-Guiné, território da África Ocidental. A fama desses africanos como exímios produtores do arroz *Oryza Glaberrima* (arroz africano) estendia-se por todo o Atlântico – aparentemente era esse conhecimento específico do cultivo desse cereal que despertava o interesse por parte de fazendeiros e governantes em diferentes localidades. O Maranhão importou dos portos de Bissau, Cacheu e proximidades uma grande quantidade desses africanos em virtude dessa aparente qualificação sobre a produção do arroz. A produção em larga escala de arroz no Estado do Maranhão e Piauí, na segunda metade do século XVIII, simboliza a qualificação dos guineenses e a importância dos africanos para o projeto exportador implantado nas colônias.

**Palavras-chave:** Rizicultura. Cultura atlântica. Africanos no Maranhão. Diáspora negra.

**Abstract:** The territory of Maranhão, during the colonial period, was a major producer and exporter of rice, especially in the last quarter of the eighteenth century. The production of rice was made possible by Africans of the Upper Guinea, West African territory. The fame of these Africans as skilled producers of rice *Oryza glaberrima* (African rice) extended from across the Atlantic - this was apparently specific knowledge of the cultivation of this cereal that excited the interest of farmers and government officials in different localities. Maranhão imported from port of Bissau, Cacheu and nearby, a lot of these Africans by virtue of this apparent qualification on rice production. The large-scale production of rice in the state of Maranhão and Piauí, in the second half of the eighteenth century, symbolizes the qualification of guineensis and the importance of Africans to export project implemented in the colonies.

**Keywords:** Rice culture. Atlantic culture. Africans in Maranhão. Black diaspora.

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 01/05/2011 e aprovado para publicação em 02/8/2011.

## Introdução

Nas várias cartas endereçadas à administração portuguesa em Lisboa escritas pelos governadores e capitães-generais do estado do Maranhão e Piauí, desde o momento da criação do Estado em 1772 até o final do século XVIII, está presente a inevitável ideia de produtividade da colônia. Nas mais diversas oportunidades eles mandavam presentes com os quais pudessem chamar a atenção das autoridades metropolitanas para novos investimentos na região do estado: animais exóticos e produtos agrícolas produzidos no território<sup>2</sup>. Incluídos numa ótica de exploração mercantilista, dedicavam parte de suas cartas a dois produtos de destaque no final do século XVIII: o algodão e o arroz, produtos de exportação com grande rotatividade no mercado internacional. O primeiro atendia as necessidades iniciais de uma revolução baseada na fabricação têxtil e o segundo correspondia ao consumo de cereais na cultura ocidental, cada vez maior. Essa relação de exploração e comércio monopolista, iniciada com a expansão ultramarina, era uma situação extremamente nova para o continente europeu, levando a impactos transcontinentais na economia, política e na sociedade de então. Conforme as palavras de Manuel Nunes Dias, “a civilização europeia deixou de ser continental, senhorial, agrária e mediterrânea, para se tornar intercontinental, burguesa, comercial e atlântica” (1971, p.33). É, portanto, “uma época de mudanças que nasce sob o signo do Atlântico” (1971, p. 34).

As bases para o novo desenvolvimento da sociedade europeia estavam, em parte, localizadas na exploração das colônias, seja através da importação de matérias-primas para a sustentabilidade das manufaturas europeias, seja através da imposição de tributos, ou ainda das cobranças de aduana em cada um dos portos espalhados pelo mundo, além da determinação dos contratos monopolistas e das companhias de comércio. Esse processo de imposição mercantilista a partir dos núcleos da civilização moderna europeia propiciou a profunda consequência para a história mundial de “estabelecer um domínio do globo por uns poucos regimes ocidentais que não tem paralelo na história” (HOBSBAWM, 2002, p. 18) – um processo de eurocentração de partes não-europeias do globo. Nessa lógica, o Estado do Maranhão e Piauí, enquanto parte da emblemática relação com o Atlântico, justapunha-se

---

<sup>2</sup> No Arquivo Histórico Ultramarino e nos registros de correspondência do Estado do Maranhão e Piauí estão presentes várias cartas que registram o envio de onças, pássaros tropicais, cuati-purus, pés de altaneira, porções de tabaco (na esperança de incrementar a exportação – no caso deste produto, talvez até, concorrer com a soca baiana) pelos governadores e capitães-generais Joaquim de Mello e Povoas, Antonio Salles e José da Silva Telles.

enquanto um “agradável” fornecedor de insumos e um participante ativo do discurso eurocêntrico da organização colonial do mundo e, portanto, periféricamente situado como exportador de algodão e arroz.

Entretanto, produzir em larga escala exigiria, conforme o modelo definido pelo *plantations*, além de imensas fazendas de arroz e algodão, a existência também de uma mão-de-obra escrava. Dessa forma, assinalava-se o ingresso, primeiramente, dos nativos ameríndios e, posteriormente, dos grupos africanos. Assim, a produção em larga escala possibilitada por colônias como o Estado do Maranhão e Piauí necessitava de escravos, mas quais os escravos africanos? Como eram vistos na lógica de produção para a exportação? Desse modo, pretendo, rapidamente, delinear os meandros da exportação do algodão e, sobretudo, do arroz como o principal item no mercado exportador do estado entre os anos de 1770 e 1800. Em seguida, evidenciar a região da África Ocidental como uma excelente região de produção do arroz, com técnicas, instrumentos e agrupamentos étnicos africanos específicos. E, por fim, ponderar sobre a relação discursiva entre a larga produção do arroz no território do Estado do Maranhão e Piauí e a exportação de escravos “qualificados” para a produção desse arroz da África Ocidental. O interessante nessa relação é a curiosa mão-de-obra africana especializada na produção do arroz maranhense: um escravo, um artigo, um instrumento particularmente importante para os fazendeiros e governadores do Estado do Maranhão e Piauí.

### **O Arroz de Veneza do Maranhão**

Quantias significativas de arroz e algodão estavam sendo transportadas a partir do porto de São Luís rumo ao porto lisboeta e eram mencionadas em quase todas as cartas enviadas a D. Maria I e seu ministro. O algodão, o primeiro desses artigos de grande exportação, é destacado pela historiografia local enquanto o produto de maior retorno financeiro da produção do Maranhão no último quartel do século XVIII. Em virtude das transformações do mercado externo, “foram-se [então] multiplicando as unidades produtoras, exigindo cada vez mais um maior afluxo de escravos africanos” (RIBEIRO, 1990, p. 33). A historiografia local maranhense entra em acordo sobre a importância do algodão na ascensão do Maranhão ao cenário da economia Atlântica, contudo parece menosprezar a presença do arroz no cenário regional do *plantations* como se o dinamismo da economia maranhense fosse única e exclusivamente o algodão. Entretanto, as cartas expedidas para a corte entre os anos de 1770 e 1789 costumavam mencionar a exportação do arroz – muito mais que o

algodão. Nessas cartas, vemos como o “Arroz que por ordem de V. Excelencia” os governadores remetiam “em todos os Navios que daqui sahem”<sup>3</sup> tornou-se um produto constante na segunda metade do século XVIII, junto com o algodão, enquanto outros sumiam quase que imediatamente após seu aparecimento. O arroz repentinamente aparece nas cartas dos governadores como importante objeto de exportação na década de 1770 através de investimentos propiciados por Joaquim de Melo e Povoas, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão de 1761 a 1775 e do Estado do Maranhão e Piauí de 1775 a 1779. A ascensão agressiva do arroz maranhense na economia atlântica começou com a criação em 1776 do “primeiro engenho de arroz (fábrica de soque), logo seguido de outros pertencentes à Companhia”<sup>4</sup> (RIBEIRO, 1990, p. 44). O algodão seguiu uma formação semelhante no cenário maranhense com investimentos claros e com o objetivo obvio de transformá-lo num artigo de exportação já durante o período pombalino com iniciativas tanto de administradores públicos quanto de particulares em Portugal e no então Estado do Grão-Pará e Maranhão para a plantação das primeiras mudas nas margens do Rio Itapecuru. (MARQUES, 1970, p. 344).

Tanto Joaquim de Mello e Povoas, governador, quanto Lourenço Belfort, irlandês que construiu fortuna na capitania maranhense, investiram no algodão e importaram técnicas e pessoas especializadas para treinar africanos e crioulos no trabalho com a lavoura algodoeira e para supervisionar a produção dos fios nas fazendas. A atenção dedicada ao algodão não parece desmerecer o arroz e ambos estão nos mapas e outras relações de produtos exportados que acompanharam as cartas informando a quantidade de arrobas e o preço dos carregamentos junto com uma grande variedade de produtos como sacas de cacau, paneiros<sup>5</sup> de gergelim, café, cera, vaquetas<sup>6</sup> e outros.

Sem dúvida, o potencial de exportação do Estado do Maranhão e Piauí era extremamente variado. Alguns eram resultado de caráter exploratório, predatório e extrativista como as toras de madeira e as varas; outros, resultado de um trabalho mais elaborado como os atanados (couros bovinos mais espessos) e as vaquetas (couro fino para vestimentas e outros

---

<sup>3</sup> Carta de 1 de dezembro de 1785. Livro de registro de correspondências N° 13. Acervo da Secretaria de Governo do Maranhão. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. FI 121.

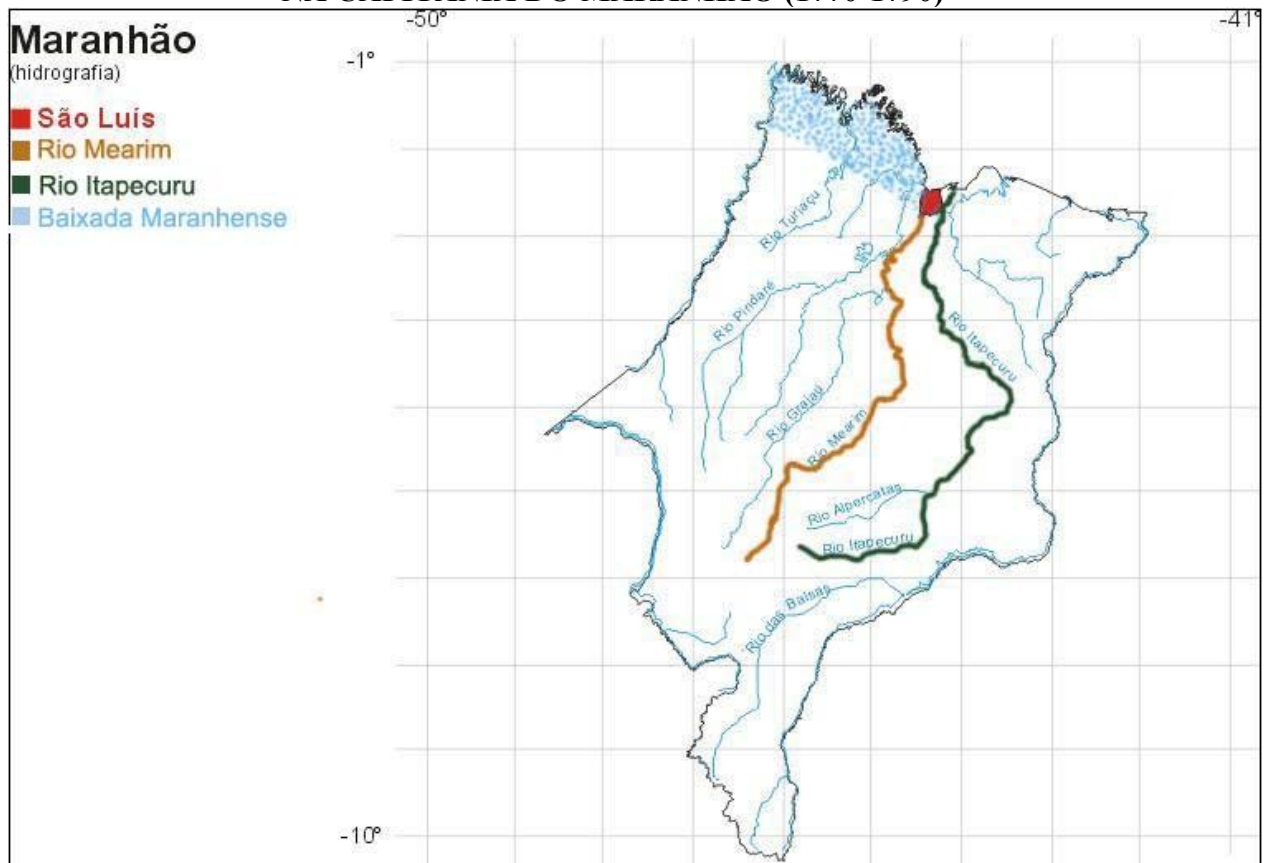
<sup>4</sup> A companhia em questão é a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, responsável pelo monopólio, abastecimento e comercialização na parte norte da América Portuguesa, sobretudo as capitânicas de Maranhão, Grão-Pará e Piauí, e na Alta-Guiné, parte da África Ocidental para o controle de Portugal sobre a região.

<sup>5</sup> Paneiro é um recipiente feito com a palha da palmeira do coco babaçu, muito comum na vegetação maranhense, capaz de suportar até 30 kg de determinado produto. Informação adquirida por meio da cultura popular maranhense.

<sup>6</sup> Vaquetas eram pedaços de couro bem fino e macio para forros de vestimentas e outros objetos. Informação adquirida por meio da cultura popular maranhense.

objetos); e, ainda, aqueles resultantes da produção agrícola como o café, o gergelim, o cacau, o arroz e o algodão. Além do arroz e do algodão, os destaques na exportação pelos anos seguintes com o eventual aumento ou diminuição dessa exportação foram as toras de madeira, as vaquetas e os atanados. Entretanto, o volume de exportação que ocupava os porões das grandes embarcações era primeiramente, durante o ano de 1788, as quase 57 mil arrobas de arroz (equivalente a 4.607.000 quilos) e os 63.500 arrobas de algodão (equivalente a 93.597 quilos), volumes produzidos nas ribeiras dos rios Mearim e Itapecuru e na baixada maranhense e que entupiram as galeras que zarpavam rumo a Lisboa (VIVEIROS, 1992, p. 103).

### ILUSTRAÇÃO 1: ÁREAS DE PRODUÇÃO DO ARROZ E DO ALGODÃO NA CAPITANIA DO MARANHÃO (1770-1790)



Fonte: Arquivo do Autor. Design: Roberth Ryan de Kartuny.

Esse arroz comentado nas correspondências por Joaquim de Melo e Povoas, Antonio de Sales e Noronha e José da Silva Telles, governantes do Estado durante a segunda metade do século XVIII, surgiu como uma excelente oportunidade de exploração não europeia apesar de seu nome lembrar uma cidade italiana, Veneza. O arroz maranhense, ou melhor, o *Arroz de Veneza*, havia ganhado o mundo. Durante o século XVIII, o arroz tornou-se um produto de alto consumo por todo o mundo ultramarino e o arroz maranhense alcançou um excelente

destaque nesse cenário. Historiadores locais, como Jerônimo de Viveiros, convencionaram chamar o mesmo de arroz de Veneza sem justificar os motivos que levaram à composição desse nome, apenas evidenciando que “todo o arroz produzido no Maranhão era chamado vermelho ou de Veneza, *produto nativo*, miúdo e quebradiço.” (grifo meu) Em virtude de sua baixa qualidade de produção, vários administradores locais tentaram “substituí-lo pelo de Carolina, esforço baldado, pois ninguém quis plantar o que era nativo.” (VIVEIROS, 1992, p. 79). Portanto, se já existia uma plantação de subsistência do cereal na capitania, tornava-se desnecessário para os moradores plantar algo similar ao que já havia na terra (mesmo que diferente, pois o *Arroz de Carolina* era mais branco, alongado e fino).

Em virtude da recusa geral da capitania, o governador Joaquim de Mello baixou uma medida radical em 1776 na qual determinou “que nenhum lavrador de qualquer qualidade ou condição pudesse semear outro arroz que não fosse o da Carolina, sob pena de sofrer, sendo livre, um ano de cadeia e de pagar cem mil réis”, enquanto os escravos poderiam ser punidos com “dois anos de calcêta e, nesse espaço, interpolado de surras” e o índio só dois anos da dita calceta, argola de ferro atada aos pulsos, tornozelos ou na cintura durante a execução dos trabalhos forçados (RIBEIRO, 1990, p. 33). A medida radical surtiu efeito e a produção do dito “produto nativo” se manteve em níveis de subsistência, escondida nos pequenos plantios na mata, levemente fechada, enquanto o *Arroz de Carolina* tomou lugar no cultivo de *plantations* para exportação.

Dentre todos, os destaques maiores vieram do investimento feito pelo irlandês Lourenço Belfort, que ofereceu à companhia “mil quintaes descascados, e limpos nos seus proprios moynhos” e a partir de então obtendo a primazia sobre a venda do produto que foi embarcado para Lisboa, em parte com a colaboração dos deputados da Companhia de Comércio, antes de sua falência, determinando a compra de todo o arroz que Lourenço Belfort “tiver, e puder descascar, e que der ensacado ao preço de dous mil reis o quintal” – denotando certo privilégio ao agricultor estrangeiro – ao mesmo tempo eram publicados “Edictaes, para que todo o lavrador, ou outra qualquer pessoa que tiver do mesmo genero, e o quizer vender [o arroz] a Companhia, esta pagará. Ao mesmo preço de dous mil reis, sendo descascado, e ensacado; sendo porem com casca ao preço de dezaseis tostoens”<sup>7</sup>

A empreitada do agricultor estrangeiro e os editais lançados transformaram em pouco tempo o arroz num produto pioneiro em quantidade a ser exportado – em 1780 foram exportados quase cinco milhões de quilos. Provavelmente, não era tão rentável quanto o

---

<sup>7</sup> Carta de 24 de dezembro de 1770. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores. Nº 11. SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

algodão, mas propiciou a participação de inúmeros setores da comunidade – algo aparentemente contraditório ao sistema de *plantations*, mas racionalmente aceitável quando articulado com seus pretensos resultados: a produção e exportação para a metrópole lisboeta. A facilidade de aquisição dos grãos e a baixa onerabilidade das técnicas possibilitaram a grandes e médios lavradores assim como “qualquer pessoa que tiver do mesmo genero” o ganho com o cultivo do cereal. Assim, a rizicultura mercantilista parecia estar ao alcance de índios, negros forros e, por que não, de escravos. A perspectiva para aqueles que quisessem investir nesse cereal transformou a rizicultura num possível objeto de retorno financeiro a todo lavrador interessado em vender o seu pequeno excedente de produção.

O resultado dessas ações no sistema de *plantations* foi tão grande que em 1786 o governador José Telles da Silva escrevia em carta para o ministro lisboeta com grande contentamento: “Eu não posso deixar de ver com grande satisfação minha, que a Agricultura augmenta todos os annos mais, e a navegação tanto exterior como interior destes rios, pelo numero de Embarcaçoens, que andão a frente na condução dos Effeitos das plantaçoens para esta cidade”<sup>8</sup>.

O arroz da Carolina do Sul, o *Oryza Sativa*, de origem asiática, foi basicamente introduzido na região maranhense e rapidamente tomou o lugar do arroz nativo que aparentemente já existia na terra levando ao comentário de Jerônimo de Viveiros, que o chamou de “produto nativo”, obviamente trabalhando com a prerrogativa do arroz enquanto um cereal maranhense. Contudo, vestígios arqueológicos evidenciados por historiadores africanistas como Judith Carney (2004), Walter Hawthorne (2001; 2003) e Peter Marck (1996) pontuam o arroz como um cereal que possui dois locais de origem no mundo: África e Ásia.

Judith Carney, em artigo recente sobre a difusão do arroz africano pelo mundo americano, pontua que existiu, durante muito tempo, no meio acadêmico, a ideia da “presença precoce no oeste africano desse cereal atribuída a navegadores portugueses da Ásia para a costa da Alta-Guiné” (2004, p.2)<sup>9</sup> e afirma, assim como Walter Hawthorne, que “o arroz tem crescido na região por milhões de anos” (2001, p. 8)<sup>10</sup>. Um tipo de arroz nomeado como *Oryza Glaberrima*, comumente conhecido nos meios acadêmicos como arroz africano, era

---

<sup>8</sup> Carta de 13 de fevereiro de 1786. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores Nº 13. SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Fl 30.

<sup>9</sup> “Scholars attributed the cereal’s early presence in West Africa to Portuguese navigators who carried seed from Asia to the Upper Guinea Coast”

<sup>10</sup> “That rice has been grown in the region for thousands of years”.

produzido pelos *guinés*<sup>11</sup>, com uma coloração avermelhada e produzido em regiões com uma menor pluviosidade anual de até 1000mm de chuvas. Só no começo do século XVI foi introduzida uma segunda espécie de arroz, o *Oryza Sativa*, de origem asiática, pelos europeus na mesma região da Alta-Guiné advindo de uma região com intensa quantidade de chuvas ultrapassando os 1000 mm anuais de chuva<sup>12</sup>.

Essa introdução, por sua vez, foi lenta e contrária a uma profunda resistência local. Com a interlocução dos marinheiros cabo-verdianos que possuíam profunda empatia com os *guinés* e o apoio dos principais mercadores da região, os *Diulas*, comerciantes *kaabunkés*<sup>13</sup>, que incentivaram a produção junto aos Rios Cacheu e Casamance, a produção do arroz asiático pôde superar a resistência inicial que persistiu até o final do século XVII e o começo do XVIII. A resistência vencida, as técnicas para a produção do arroz africano adaptaram-se perfeitamente ao arroz asiático e os instrumentos africanos como os *kebinde* (instrumentos de madeira até o século XIII ou de ferro no século XIX muito utilizados pelos *guinés* para o arado) também fizeram parte do cultivo do novo arroz. Essas técnicas e as ferramentas utilizadas pelos *guinés* tornaram-se relativamente conhecidas no sistema atlântico e os africanos oriundos dos portos de Cacheu e Bissau, reconhecidamente exímios cultivadores de cereais. Afinal possuíam mais de três milênios de experiência.

Evidências botânicas dentro das variadas espécies e na pesquisa da história linguística no emergente mundo do arroz na África apontam para certos lugares que domesticaram o *Oryza Glaberrima* entre 3.500 e 4.500 anos atrás. É presumível que o espaço inicial de domesticação tenha sido nos terrenos alagados do Mali, havendo a difusão do arroz africano a partir desta área. Durante o trato de escravos este cereal foi plantado ao longo da costa que vai do Senegal até a Costa do Marfim e adentrou até o Lago de Chad no país de mesmo nome (CARNEY, 2004, p. 3)<sup>14</sup>.

O arroz africano, *Oryza Glaberrima*, era largamente produzido desde a antiguidade africana pelos *guinés* e comercializado nas rotas do tráfico transaariano chegando a diferentes

<sup>11</sup> Chamarei aqui de *guinés* todos aqueles africanos que pertenciam à região da Alta-Guiné.

<sup>12</sup> 1000mm representa uma altura média de água distribuída por um território onde ocorreu a chuva representando a pluviosidade da região. Acima disso pode levar a locais alagados, enchentes e abaixo disso períodos de estiagem e até mesmo seca.

<sup>13</sup> *Kaabunkés* eram aqueles que compunham o Reino do Kaabu na costa da África Ocidental onde situam-se, hoje, os países do Senegal, Guiné-Bissau, Guiné Conakri, Gâmbia e Mali. Neste reino a estrutura social era constituída pelos *Nyantios*, *Orons*, *Nyamankalas* e *Dyulas*, estes últimos representavam uma classe mercantil volante no ocidente africano. Para mais informações consultar os textos de Carlos Lopes (1999 e 2005), Walter Hawthorne (2001, 2003) e Reinaldo Barroso Jr (2009).

<sup>14</sup> Botanical evidence on rates of species diversification and research in historical linguistics on the emergence of the word for rice in African languages place domestication of *Oryza glaberrima* between 3,500 and 4,500 years ago. From its presumed domestication in the Malian wetlands, African rice diffused over a broad area. On the eve of the Atlantic slave-trade, the cereal was planted along the coast from Senegal to Côte d'Ivoire and inland all the way to Lake Chad in the country by that name.



partes da África. O consumo de cereais como o arroz e o milho, de frutas como a banana e outras fibras era constantemente utilizado pelos africanos como alimento dos soldados, cavalos e camelos que colaboravam no processo de movimentação e expansão e conquista dos régulos africanos<sup>15</sup>. Apesar da comercialização do cereal em diferentes partes do continente (graças à existência do tráfico transaariano), as condições inerentes para a construção das técnicas e dos instrumentos empregados possuíam uma estreita relação com o espaço exclusivo da produção original do arroz na região da África Ocidental com os *guinês*, que elaboraram três técnicas diferentes de produção do arroz condizentes com uma relação sustentável com o meio. A primeira era aplicada próximo a rios que durante a temporada de chuvas costumavam alagar suas margens propiciando um terreno fecundo para a produção. A segunda técnica diz respeito à criação de pequenos diques para controlar o fluxo da água na irrigação do plantio. E, por último, o arroz de *mangrove*, cultivado próximo a regiões de mangue (ou mesmo dentro do mangue), cuidando de lixiviar o solo, retirando o sal em excesso também consumido e vendido pelo tráfico transaariano (HAWTHORNE, 2001, p. 9).

A hipótese de Judith Carney (2004), explorada através dos cronistas e viajantes da época em seus relatos e através de uma tradição oral muçulmana, evidencia o transporte de grãos de arroz junto com as escravas em seus cabelos e mãos, durante o tráfico de escravos pelo Atlântico. Essas escravas faziam um esforço deliberado de esconder os grãos de arroz com o objetivo de manter sua sobrevivência e a de seus filhos. Quando chegaram às Américas, essas mulheres cultivaram pequenas lavouras para a subsistência de pequenos e médios núcleos familiares e comunitários. Assim, segundo essa hipótese, o arroz entrou clandestinamente na América Portuguesa graças às mulheres escravas da Alta-Guiné e em diversos pontos das Américas, dentre eles a região do Estado do Maranhão e Piauí. Entretanto, isso não é o suficiente para que se abandone a possibilidade da entrada do cereal na América Portuguesa através dos viajantes, tripulantes e timoneiros que chegaram à região – provavelmente não houve uma entrada maciça e encomendada para o transporte do cereal, mas pode ter sido proporcionada por uma mera necessidade de subsistência e ganho por parte dessa cultura de marinhagem.

---

<sup>15</sup> Essa produção agrícola possuía pontos principais de produtividade como o milho, o arroz e a mandioca na África ocidental, a banana na África do Sul e assim por diante. Contudo, a circulação dessa produção agrícola não se limitava a esses espaços, mas era largamente consumida em outros territórios da África, graças às correntes e rotas de comercialização interna. A importância dessa produção agrícola no processo de desenvolvimento, expansão e sociabilidade dos régulos africanos foi extremamente vital. Alguns estudiosos como Jan Vansina sugerem que o impacto produzido pela banana, por exemplo, “teria sido maior que o do ferro”. Ver Costa e Silva (2006, p. 220).

Enfim, apesar de Jerônimo de Viveiros identificar o Arroz de Veneza do Maranhão como um arroz nativo à terra maranhense, existem outras duas possibilidades quanto a sua origem no meio-norte da colônia portuguesa: o transporte feito pelos africanos através da diáspora negra e o transporte por meio dos navegantes da África Ocidental para a América Portuguesa. A característica da cor amarelada, ocasionalmente avermelhada, do Arroz de Veneza equivale ao arroz africano. Quanto aos traços “miúdo e quebradiço”, são apenas reveladores dos descuidos iniciais das técnicas de produção agrícola, posteriormente solucionadas na melhoria das técnicas empregadas durante o cultivo e não funcionam como indicadores de uma terceira espécie de arroz.

Além disso, ao considerar esse arroz como nativo deve-se também considerar a possibilidade dos ameríndios praticarem o seu cultivo e colheita para a própria subsistência, contudo inexitem menções de qualquer conteúdo nas fontes sobre os indígenas como arroteiros e a historiografia local (incluindo o Jerônimo de Viveiros) desconhece a prática da rizicultura entre os tupinambás, os urubu-kaapors ou qualquer outra etnia no Estado do Maranhão e Piauí. Dessa forma, é legítimo aceitar a possibilidade de o arroz africano invadir de maneira obscura e furtiva o território maranhense através das embarcações que aportaram no porto de São Luís, fugindo ao controle do Estado, seja através dos escravos transportados, seja por meio de seus tripulantes e passageiros. O arroz vermelho cultivado no Maranhão possuía essa coloração por ser originário da espécie *Oryza Glaberrima*, espécie africana cultivada no Maranhão pelos africanos da região da Alta-Guiné – o Arroz de Veneza possuía raízes negras.

### **O escravo de Guiné e a produção de arroz nas Américas**

Dez anos após a efetiva falência da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e seis anos após a saída de Joaquim de Mello e Povoas do controle do governo da capitania do Maranhão, o governador e capitão-general José Telles da Silva morosamente se queixava da situação da lavoura e do comércio, sem a antiga companhia, e na condição precária pela qual passavam os ramos da lavoura e do comércio, enfatizando com certa insistência a necessidade de investimentos e de uma mão-de-obra qualificada e “sadia” para o cultivo do arroz do Maranhão. Enfaticamente acusava as naves oriundas do Estado do Brasil, sobretudo aquelas procedentes das capitanias de Pernambuco e Bahia carregadas da “Escravatura que he o peor, que vem a esta Colonia, já Refugo”, desprezado pelos senhores pernambucanos e baianos, “aquelles maos e velhacos”, “que os senhores não querem

conserver” e a enviavam para “vender nesta Capitania e no Pará de modo que os escravos que trazem as ditas sumacas ou são inficionados de doença [...] e de bexigas, mal cruel e mortífero neste clima, ou [ainda] ladroens mal feitores, que vem exercer os seus vícios e cometer crimes” nas capitanias do norte. Essa subjetividade sobre a índole do escravo expõe uma crença sobre o cativo na qual ele é capaz de cometer delitos dos mais variados e isso possui uma relação muito próxima com sua localidade de origem<sup>16</sup>.

José Telles obviamente “rebaixa” a qualidade dos escravos oriundos das paragens brasileiras que eram, na realidade, em sua maioria, oriundos de Angola e Mina, por dois motivos. O primeiro, mais evidente: a origem precária dos escravos do Estado do Brasil evidenciando uma fonte corrupta de mão-de-obra e, portanto, mais deficiente; o segundo, menos evidente e mais argumentativo, o caráter dos escravos (provavelmente angolanos), como “ladroens mal feitores, que vem exercer os seus vícios e cometer crimes”. O primeiro ponto completamente aceitável numa lógica de produção mercantilista, o segundo, tendencioso e altamente apelativo, mas ainda condizente com a lógica incorporada pelo governador maranhense, sobretudo quando os escravos oriundos de Cacheu e Cabo Verde aparecerem em sua argumentação como “os bons escravos”. Havia, portanto, na lógica de José Telles dois tipos de escravos: “os bons” advindos de Cacheu e regiões próximas e aquilo que poderíamos chamar de “maus escravos” por serem oriundos de regiões do sul da África, como Angola.

A região da futura Angola e proximidades, a África Central, começou a relação com os europeus no final do século XV, com a expedição do viajante Diogo Cão em 1483 e intensificou-se no século XVI com o processo de catolização e cristianização dos povos do reino do Congo e o estabelecimento de relações de fornecimento de escravos para o tráfico atlântico, pois a corte local parece “ter percebido logo que o comércio com os portugueses era fator de incremento de poder” (SOUZA, 2002, p. 99). Isso decorreu, em parte, por causa do processo de cristianização e a chegada dos portugueses na costa africana e, a partir de então, “aos olhos congolezes, o rei português passava, pois, a ser a *Zabem-apongo*, divindade suprema dos povos banto, senhor que reinava no mundo dos mortos” (VAINFAS; SOUZA, 2006, p. 51). O resultado disso foi o “aportuguesamento” das instituições locais e o fornecimento cada vez maior de escravos a ponto de o comércio de cativos fugir do controle do *Mani-congo*, chefe máximo do reino local. Além disso, “até mesmo os nobres congolezes estavam sendo capturados em guerras interprovinciais para serem vendidos como escravos,

---

<sup>16</sup> Carta de 31 de dezembro de 1785. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores Nº 13. SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

cujo comércio era antigo naquela região, mas as regras tradicionais estavam sendo violadas.” (VAINFAS; SOUZA, 2006, p. 55)

Em resposta a essa maculação das regras tradicionais da escravidão africana, foi iniciado um processo de resistência no qual se destacou a rainha Nzinga Mbandi de Matamba chefiando os povos jagas e ambundos contra o governo português, sua estrutura de tráfico na costa os fornecedores africanos internos. Isso implicava a utilização de técnicas de guerra das mais diferenciadas, o comprometimento do espírito guerreiro desses povos e a constituição de um exército de luta bem articulado. Dessa forma, os povos da então chamada Angola e proximidades ficaram divididos entre a colaboração e fornecimento de escravos aos portugueses e a resistência sistemática contra o conquistador, tornando-se assim conhecidos na Europa como canibais, bárbaros e indóceis.<sup>17</sup>

Contudo, em nenhum momento da narração, José Telles da Silva faz qualquer menção aos defeitos dos angolas, apenas se limita a afirmar o prejuízo para o comércio local dos escravos advindos da Bahia e Pernambuco, sem uma quantidade precisa de escravos dessas regiões que vieram ao Maranhão. O governador afirma que os escravos oriundos da região de Cacheu são os melhores e não menciona os Angola, fornecidos indiretamente da África Central pelos portos do Rio de Janeiro e da Bahia, e da disposição dessas nações ao crime e aos vícios. A questão relevante neste caso é a preferência do governador por uma “nação” de escravos em detrimento de outras. Sem dúvida alguma, sua argumentação enfeitava deliberadamente as qualidades dos guiné numa apologia mercantilista do tráfico de escravos às características agrícolas e “boas” inerentes a esse território, sobretudo quando ele cita o Contrato de Cacheu.

O Contrato de Cacheu foi formalizado por volta de 1775 (logo após a falência da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão), especialmente voltado para a comercialização de cativos entre o Estado do Maranhão e Piauí e os portos de Bissau e Cacheu. Provavelmente por essa razão o governador desmerece a mão-de-obra cativa oriunda de outros portos que não esses dois (Bissau e Cacheu) e excessivamente mitifica os *guinés*. Sua lógica é simples: culpar toda a intervenção funesta existente na qualidade de escravos no meio-norte da América Portuguesa por parte dos comerciantes do Brasil, responsabilizando-os pela possível queda da agricultura local em virtude de um fornecimento de mão-de-obra precária que teria corrompido a “sadia” mão-de-obra da Guiné. Sem uma boa colheita, não

<sup>17</sup> Podemos considerar esta uma opinião isolada no tempo e no discurso específico contra os angolanos rebeldes, pois, em parte do território da América Portuguesa, como Salvador e Rio de Janeiro, figurava uma imagem de angolanos dóceis e amáveis facilitando as relações de submissão existentes no sistema de escravidão instituído no Novo Mundo. Para mais informações sobre a rainha Nzinga e o processo de resistência contra os portugueses, consultar Roy Glasgow (1982).

haveria lucro e, portanto, não haveria capital para a compra dos escravos, resultando na falência do Contrato de Cacheu – em sentido semelhante ao da Companhia de Comércio falida<sup>18</sup>.

Estas reflexões me parecem dignas da consideração de V. Excia que com as suas grandes luzes, pode prever a ruína que rezulta o Comercio das Sumacas nesta Colonia, não levando della mais que o dinheiro e [...] julgo que he da minha obrigação apresentar a V. Excia todos os inconvenientes que já se experimentão delle para V. Excia os fazer presente a S. Magestade para a mesma Senhora dar a providencia que julgar efficazes para o bem desta Colônia, e seu augmento e para evitar os prejuizos que nella se devem experimentar, se for faltando o dinheiro, pois que não so a Agricultura ficarâ dentro de pouco tempo a Recinada [sic], mas o mesmo contrato de Escravatura de Cacheu e companhia extincta do Comercio sofrerão na falta de pagamemos das dividas concideraveis que aqui se estão devendo [...] <sup>19</sup>.

Os contratos individuais eram muito praticados pelo comércio português, antes do período pombalino, fornecendo escravos de uma determinada região da África para um território específico da América Portuguesa, montando um suporte efetivo na costa africana através da relação amistosa com os régulos locais. Os contratadores eram responsáveis pela construção de feitorias e praças de comercialização de produtos com os nativos pela construção de um suporte de recebimento e fornecimento de provisões e produtos para os navios traficantes. Durante a administração do Marquês de Pombal, o direito de monopólio sobre algumas regiões tornou-se das companhias de comércio, objetivando maximizar os ganhos dos envolvidos e da metrópole. Ao final do período pombalino, em 1777, os contratos individuais na nova administração do Ministro Martinho de Melo e Castro, ao exemplo do Contrato de Cacheu, retornaram como possibilidades efetivas e de melhor controle fiscal em virtude da quantidade limitada de participantes.

O contrato, dessa forma, ao retornar após o colapso das companhias de comércio na costa da Alta-Guiné, ficou responsável pela manutenção do tráfico já esquematizado e mantido na África Ocidental até então pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Caberia, então, única e exclusivamente, manter essa relação com os reis africanos e, se possível, aumentar os investimentos e, por sua vez, o fornecimento de mão-de-obra cativa. A existência do Contrato de Cacheu legitimava, assim, a argumentação de José Telles da Silva no desprezo ao fornecimento de escravos pelo Estado do Brasil, pois a concorrência

---

<sup>18</sup> A Companhia Geral de Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão faliu em 1775 após péssimas administrações e um excessivo aproveitamento por parte de seus acionistas. Sobre isso ver os trabalhos de Mário Meirelles (1980;1984), o Dicionário Histórico e Geográfico de César Marques (1970) e o artigo de Rafael Chambouleyron sobre o Atlântico Equatorial (2006).

<sup>19</sup> Carta de 31 de dezembro de 1785. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores Nº 13. SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

estava em contradição ao monopólio e tornava, por consequência, menos rentável o comércio da mão-de-obra escrava, oriunda da Alta Guiné, vital à lavoura maranhense.

Apesar da escolha de uma região específica para fornecer a mão-de-obra para o trabalho da lavoura maranhense em detrimento de outras áreas por razões de manutenção do monopólio do contrato e também das correntes marinhas, parece que os motivos da predileção não eram unicamente esses. Casualmente ou não, as especialidades *guinés* possuíam fundamentos. Afinal os escravos oriundos dos portos de Cacheu e Bissau já conheciam excelentes técnicas para a produção do arroz. Tanto o *Oryza Glaberrima*, o arroz africano originário dessa Alta-Guiné, que provavelmente já existia no Maranhão antes de meados do século XVIII, quanto o *Oryza Sativa*, de origem asiática e imposto à cultura atlântica pelo sistema de *plantations*, eram costumeiramente cultivados pelos africanos da região durante o século XVIII. Nessa mesma época, alguns dos jornais da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, como o *South Carolina Weekly Gazette*, divulgavam anúncios de companhias especializadas no tráfico de escravos arroteiros para tornar pública a venda de cativos procedentes da Alta-Guiné observando suas qualificações na labuta da lavoura de arroz.

## ILUSTRAÇÕES 2 E 3: ANÚNCIOS DE VENDA DE ESCRAVOS ESPECIALISTAS NA PRODUÇÃO DE ARROZ (1760 E 1785)<sup>20</sup>



Fonte: ELTIS, David; MORGAN, Phillip; RICHARDSON, David. *Agency and Diaspora in Atlantic History: Reassessing the African Contribution to Rice Cultivation in the Americas*. *American Historical Review*. Vol. 112, Nº 5, Dez, 2007

Esses simples anúncios que apareciam nos jornais americanos, em geral, seguiam uma organização básica e informavam primeiramente a chegada de um navio “negreiro” no porto de Ashley-Ferry ou no cais de Motte, próximos à Charleston, cidade da Carolina, com uma quantidade específica de escravos para serem comercializados nos mesmos portos e a origem dos ditos cativos, seguidos pelas qualidades e excepcionalidades da mão-de-obra e, por fim, a empresa ou proprietário responsável pela empreitada e pela comercialização nos portos. Ambas as carreações possuíam escravos da costa denominada nas propagandas como Costa do Arroz, mas especificamente da feitoria e praça inglesa chamada de Bathurst na saída do rio Gâmbia a aproximadamente 90 quilômetros de distância da embocadura do rio Cacheu, onde se localizava uma feitoria e praça portuguesa.

A origem do primeiro navio (Costa do Arroz) já conota a qualidade da mão-de-obra (afinal os 250 cativos eram originários de uma região com fecunda rizicultura) junto com a condição de os escravos estarem livres de doenças e tornarem-se predispostos ao trabalho

<sup>20</sup> **Primeiro Anúncio:** À venda, a bordo do navio **Bance-Yland**, na terça-feira dia 6 de maio próximo, no **Ashley-Ferry**, um frete selecionado de aproximadamente 250 negros de excelente saúde, recém-chegados de barlavento à Costa do Arroz.— O máximo cuidado já tem sido tomado, e será contínuo, para mantê-los livres do menor perigo de ser infectados com varíola, nenhum barco esteve a bordo, e toda outra comunicação com pessoas de Charles-town foi prevenida. / Austin, Laurens, & Appleby. / Obs.: Metade dos negros acima tiveram varíola em seu próprio país. **Segundo Anúncio:** NEGROS DE GAMBIA / À venda, na terça-feira, dia 7 de junho, a bordo do navio **MENTOR**, capitão William Lyttieton, ancorado no cais de **MOTTE**, carregado de 152 negros jovens saudáveis de primeira, recém-chegados no navio citado do rio Gâmbia, depois de uma jornada de 35 dias. Os negros dessa parte da costa da África são bem instruídos com o cultivo de arroz e são naturalmente trabalhadores. / Condições de venda / Para compradores autorizados, apólices a pagar dia primeiro de janeiro de 1786, e para estes que fazem pagamento imediato em dinheiro, arroz ou qualquer outro produto.

braçal, portanto, eram “peças” sem defeito e com boa qualidade comercial. O segundo anúncio é mais claro e sensacionalista, seu título em letras garrafais já evidencia a origem dos escravos e sua provável qualidade técnica (GAMBIA NEGROES) saltando aos olhos dos fazendeiros de produção de arroz. Linhas abaixo, torna-se ainda mais enfático ao evidenciar certas prerrogativas técnicas da “carga” do navio Mentor: “Os negros dessa parte da costa da África são bem instruídos com o cultivo de arroz e são naturalmente trabalhadores.” Logo, na segunda metade do século XVIII no Atlântico (em parte, por responsabilidade dos traficantes de escravos), parecia recorrente a relação entre os guiné e a produção de arroz na América do Norte, Caribe e norte da América do Sul. Sem dúvida alguma essas informações fornecidas pelos comerciantes obedecem a uma lógica comercial simples de oferta e procura em territórios como Carolina do Sul e Maranhão: para qualquer fazendeiro produtor de arroz, possuir escravos especializados na produção do item era possuir uma vantagem frente a outros agricultores.

#### **ILUSTRAÇÃO 4 – A COSTA DO ARROZ, PARTE DA ÁFRICA OCIDENTAL**



Logo, os traficantes de escravos, ao divulgar as qualidades da mão-de-obra e o seu conhecimento técnico, fizeram parte da lógica de propaganda possuindo certo fundo de verdade. Entretanto, não sabemos especificamente se todos os grupos étnicos fornecidos por essas companhias realmente eram “exímios” produtores da rizicultura (afinal, nem todos os grupos étnicos da região dedicavam-se à atividade agrícola – ao exemplo dos Nalus, que praticavam a pecuária). Os escravos africanos *guinés* possuíam o conhecimento sobre técnicas específicas na produção do arroz e a propaganda sobre esses escravos girava em torno deste importante elemento: aparentemente, eram eles os sujeitos ideais para a produção do arroz de exportação nos latifúndios do Maranhão. Fazendeiros e governantes do Estado do Maranhão e Piauí, entre os anos de 1770 e 1800, sobretudo José Telles da Silva, aludiam sobre os guinés da África Ocidental, suas qualidades na produção do arroz e como essas qualidades eram importantes para a sobrevivência e opulência da lavoura e do comércio do Estado do Maranhão e Piauí. Esses fazendeiros e governantes participavam de uma lógica comercial inexorável de produção que os tornava ansiosos pela produtividade em larga escala do arroz, e os escravos *guinés* pareciam discursivamente mais interessantes.

## Referências

- ALENCASTRO, Luíz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai – A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. **Signos de Deus, Leitura dos Homens**. Sociedade Religiosa em meados do século XVIII em São Luís. Monografia de conclusão de curso em História: UFMA, 2005.
- CARNEY, Judith. ‘With Grains in Her Hair’: Rice in Colonial Brazil. **Slavery and Abolition**, Vol. 25, No. 1, April 2004, p. 1-27.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.26, n° 52, 2006, p. 79-114.
- COSTA E SILVA, Alberto. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses**. RJ: Nova Fronteira, 2006.
- CURTO, José C. Vinho versus Cachaça: A luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, 1648-1703. In: PANTOJA, Selma. SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) **Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul**. São Paulo: Bertand Brasil, 2002.
- DIAS, Manuel Nunes. **A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. São Paulo: Secção Gráfica da USP, 1971.
- ELTIS, David; MORGAN, Phillip; RICHARDSON, David. Agency and Diaspora in Atlantic History: Reassessing the African Contribution to Rice Cultivation in the Americas. **American Historical Review**. Vol. 112, N° 5, Dez, 2007.
- FERRETTI, Sérgio Figueiredo de. Andressa e Dudu: Os jeje e os nagô: apogeu e declínio de duas casas fundadoras do tambor de mina maranhense. In: SILVA, Wagner Gonçalves da. **Caminhos da Alma: memória afro-brasileira**. São Paulo: Sumus/Selo negro, 2002.
- FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. Introducion. In: **African Political Systems**. Londres: International African Institute/Oxford University Press, 1970.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GLASGOW, Roy. **Nzinga**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- HALL, Gwendolyn Midlo. Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. **Topoi**. V. 6, n° 10, jan-jun 2005.
- HAWTHORNE, Walter. Nourishing a Stateless Society during the Slave Trade: The rise of Balanta Paddy-Rice production of in Guinea Bissau. **The Journal of the African History**, Vol. 42. N° 1, 2001, p 1-24.

\_\_\_\_\_. **Planting Rice and Havering Slaves** – Transformations along the Guinea-Bissau coast, 1400-1900. Coleção História Social da África. Portsmouth: 2003.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIBERATO, Carlos Franco. Bissau (1765 –1846): de factoria a enclave português. In: **Anais do X Congresso Internacional** – Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia face à Globalização. 2007.

LOPES, Carlos. **Kabunké: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses, 1999.

\_\_\_\_\_. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**. 32, 2005, p. 9-28.

MARK, Peter. “Portuguese” architecture and luso-african identity in Senegambia and Guinea 1730-1890. **History in Africa**. Vol. 23, 1996, p. 179-196.

\_\_\_\_\_; HORTA, José da Silva. “Disserão ao rei que nós os católicos... adoravamos em pedras e em paus”: Catholics, Jews and Muslims in early 17th century Guiné. In. MORGAN, Philip; KAGAN, R. (eds) **Atlantic Diasporas: Jews and Cripto-Jews in the age of Mercantilism, 1500-1800**. John Hopkins University Press.

MARQUES, César. **Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão**. Maranhão: FON FON, 1970.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

\_\_\_\_\_. Negros no Maranhão. In. **Dez Estudos Históricos**. São Luís: Coleção Documentos Maranhenses, 1994.

MILLER, Joseph C. A economia Política do Tráfico Angolano de escravos no século XVIII. In. PANTOJA, Selma. SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) **Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul**. São Paulo: Bertand Brasil, 2002.

MOTA, Antonia da Silva. Família e Fortuna no Maranhão Setecentista. In: COSTA, Wagner Cabral (org.) **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Família e Patrimônio no Maranhão do século XVIII**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco – 2001.

NIANE, Djibril Tamsir. **Sundjata ou a Epopéia Mandinga**. Coleção Autores Africanos. São Paulo: Ática, 1982.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual jeje na Bahia**. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

PÉLISSIER, René. **História de Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841 - 1936)**. São Paulo: Ed. Estampa, 1997.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. O tráfico atlântico entre a Bahia e a Costa da Mina: flutuações e conjunturas (1683-1815). **Estudos de História**, Franca (SP) v 9, n.2, p. 11-34.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.

SHIKIDA, Cláudio D. **Companhias Privilegiadas de Comércio**: Um esboço inicial com ênfase em problemas de agência. Artigo 16 do IBMEC – Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ceae.ibmecmg.br> Acesso em: 15 jun. 2007

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha**: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. Salvador: Maianga, 2005.

SOARES, Mariza. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no império português, século XVIII. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 26, nº 2, 2004.

\_\_\_\_\_. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Mina, Angola e Guiné: Nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista. **Tempo**. Vol. 3, Dezembro de 1998.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil Escravista – História da Festa de Coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio no Maranhão - 1612-1895**. v. 1. São Luís: Lithograf, 1992.